



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

SEMINÁRIO SOBRE

O ORÇAMENTO DO ESTADO 2022

27 de Outubro de 2021, 14h30
Auditório da AESE Business School

Discurso de abertura

Começo por agradecer à AESE na pessoa do seu Presidente Eng. José Ramalho Fontes a já longa parceria nos seminários sobre o Orçamento do Estado, bem como a colaboração de oradores tão prestigiados e de um número alargado de patrocinadores.

Gostava de lhes dar as boas vindas a mais um seminário sobre o Orçamento do Estado.

Desde 2003 que todos os anos o Forum para a Competitividade organiza uma discussão sobre o orçamento para o ano seguinte.

Cerca de 20 anos de história orçamental portuguesa que não tem sido brilhante e em que nos afastámos da média europeia e fomos progressivamente ultrapassados por quase todos os Estados-membros da União Europeia.

Um montante muito generoso de transferências comunitárias não serviu, portanto, o objectivo de convergência com a União Europeia que as justifica.

Independentemente de concepções algo diferentes sobre a organização e o papel do Estado na economia, as despesas públicas subiram sempre sem que isso servisse qualquer orientação estratégica e as receitas fiscais foram ajudando a conter o deficit dentro dos limites que os nossos parceiros foram aceitando.

Se é verdade que as condições de enquadramento da actividade empresarial nunca foram boas nas últimas décadas, temos assistido mais recentemente ao alargamento do grau de incerteza na política orçamental, pois que um elevado nível de cativações reduz o carácter informativo para os agentes económicos que o orçamento deveria ter e, por outro lado, a evolução da carga fiscal é a moeda de troca mais usada na barganha política com a extrema esquerda.

Chegados a este ponto, encontramos-nos na seguinte situação:

- o PRR vai servir para realizar despesas correntes e para originar despesa pública para anos futuros. E isto se o Estado se conseguir organizar para o executar;
- o PRR não vai servir para ajudar a uma reestruturação mais rápida do sistema económico que terá que se modernizar significativamente para assegurar quer o crescimento da economia quer melhores empregos;
- um sistema fiscal que, independentemente do seu peso excessivo para o nosso nível de desenvolvimento, é particularmente desajustado quanto à necessidade de aumentar a escala das empresas através de fusões e aquisições;
- os parceiros orçamentais do Governo até veem com bons olhos a degradação das condições de funcionamento das empresas de acordo com a óptica profundamente anti-capitalista que têm e que é completamente contraditória com a nossa integração na União Europeia;
- o nível de tributação dos rendimentos de trabalho da classe média fazem com que para um dado ordenado líquido, as empresas tenham mais encargos salariais do que nos outros países europeus.

Gostaria de reafirmar que temos apresentado propostas de solução, como fizemos no recente Seminário sobre a forma de potenciar os efeitos dos fundos europeus na economia nacional, em que defendemos:

- criar condições favoráveis ao aparecimento de investimento, tanto estrangeiro como sobretudo nacional;
- ter empresas de maior dimensão, mais capitalizadas, com capacidade de inovação e com capacidade de internacionalização, de duas formas: através de processos de fusões e aquisições e atraindo investimento estrangeiro de empresas de grande dimensão, em bens transacionáveis;
- que haja a capacidade de fixação prévia do regime tributário nas concentrações: se sim, ou não, aquela concentração é relevante para o efeito de neutralidade fiscal e outros incentivos (por exemplo, art. 73 e seguintes do CIRC; reporte de prejuízos fiscais e art. 60 do EBF);
- que haja a possibilidade de haver reporte para trás, ou seja, de poder hoje deduzir aos lucros que já foram tributados, os prejuízos que estão a ser apurados hoje. Porque se uma empresa teve lucros no passado e hoje tem prejuízos, então, isso significa que, em princípio, é uma empresa que merece e carece de ser apoiada;

- deveria haver um apoio através de crédito fiscal para os investimentos na concentração e na capitalização da empresa. E este crédito fiscal poderia e deveria ser feito através de um mecanismo que permitisse a sua transacionabilidade. Temos um programa que já está a funcionar, o SIFIDE para apoio a projetos de investigação e desenvolvimento, precisamente pelo mecanismo do crédito fiscal, que deveria ser expandido;
- concentrar os apoios do Estado em sectores com maior concorrência e com maior proporção de trabalho qualificado; evitar criar distorções de preços relativos;
- deveríamos seguir o exemplo da Grécia no PRR. Qualquer projeto apresentado por uma empresa privada pode ser aprovado e o Estado paga 50% do projecto, desde que o setor bancário pague os outros 30% e o setor privado pague 20%. Os projetos que se dediquem ao digital, às exportações, às fusões e aquisições deveriam ser elegíveis neste âmbito. Naquele país, este tipo de investimento privado ficará com 40% de todo o Programa;
- precisamos ainda de fortalecer o mercado de capitais e o ecossistema de capital de risco;
- temos que simplificar e acelerar os licenciamentos;
- Temos que reformar profundamente a gestão do serviço público.

Por todas estas razões, o chumbo do orçamento e a realização de eleições antecipadas, é para nós motivo de esperança.

Pedro Ferraz da Costa
Presidente do Conselho Directivo